

UMA ANÁLISE SOBRE A FILOSOFIA MORAL DE ALASDAIR MACINTYRE

AN ANALYSIS OF ALASDAIR MACINTYRE'S MORAL PHILOSOPHY

Victor Hugo Maia Osório¹

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a importância da compreensão dos conceitos morais a partir da obra *After Virtue* (2007), de Alasdair MacIntyre. Será apresentada como a filosofia moral moderna encontra-se em estado grave de desordem, tendo em vista a enorme dificuldade de consenso nos debates públicos e privados cuja solução passa por arbitrariedade do defensor de cada ideia. Será exposto que alguns conceitos morais tradicionais foram deixados de lado pela modernidade, pois ela adotou um modelo focado no indivíduo despido da sua relação com o cosmo ou com a sua comunidade, bem como se perdeu a noção teleológica da natureza e do homem. Também será apresentado como MacIntyre pretende superar essa desordem pela reconstrução de uma narrativa histórica verdadeira, a partir de uma noção de ética das virtudes vinculada ao senso histórico de cada comunidade.

Palavras-chave: Filosofia. Moral. Virtude. Alasdair MacIntyre.

Abstract: This paper aims to analyze the importance of understanding moral concepts through Alasdair MacIntyre's *After Virtue* (2007). It will be presented how modern moral philosophy is in a serious state of disorder, regarding the enormous difficulty of consensus in public and private debates, whose solution involves the arbitrariness of the defender of each idea. It will be exposed that some traditional moral concepts were left out by modernity, as it adopted a model focused on the individual stripped of his relationship with the cosmos or with his community, as well as the teleological notion of nature and man was lost. It will also be presented how MacIntyre intends to overcome this disorder by reconstructing a true historical narrative, based on a notion of virtue ethics linked to the historical sense of each community.

Keywords: Philosophy. Moral. Virtue. Alasdair MacIntyre.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo a exposição da obra *After Virtue* (2007), originalmente publicada em 1981, de Alasdair MacIntyre, que possui três grandes partes. Na primeira, o autor explica a origem e a situação atual do desacordo moral contemporâneo, oriunda da falha do projeto moral iluminista. Na segunda, ele desenvolve o conceito moral da Ética das Virtudes, explicando seu conceito e o processo evolutivo, desde a sua origem até o

¹ Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

momento em que foi deixada de lado nos séculos XVI e XVII e, na terceira, MacIntyre confronta o modelo da Ética das Virtudes com outros, especialmente o defendido por Nietzsche e pelos emotivistas. A hipótese estabelecida para o trabalho é que somente é possível compreender a cultura moral dominante da modernidade avançada pelo ponto de vista externo àquela. MacIntyre explica que o contexto de crenças práticas e de hábitos de pensamento, de sensação e de ação são as situações nas quais os julgamentos morais foram compreendidos como regras impessoais justificadas pela concepção compartilhada do bem humano. Assim, afastado o contexto da justificação, tal como foi realizado na modernidade, deve ser compreendido por uma nova forma de status, de autoridade. Para se atingir essa finalidade é preciso compreender o pensamento dos filósofos iluministas do século XVIII e indicar a falha da ideia moderna quanto à linguagem e às práticas morais como meros exercício de poderes racionais ou de afirmação expressiva.

Por fim, a metodologia adotada será de revisão bibliográfica sobre o tema escolhido, tendo como fio condutor *After Virtue*. Também serão utilizados artigos e outras obras, como “Modern Moral Philosophy” (1958), de Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe, *Tradition, Rationality and Virtue: The Thought of Alasdair MacIntyre* (2006), de Thomas D’Andrea, e *Alasdair MacIntyre: Critic of Modernity* (1994), de Peter McMylor.

1. Filosofia Moral de MacIntyre

MacIntyre é considerado pertencente a duas tradições distintas, de um lado, à concepção Aristotélico-Tomista², e de outro, à historicidade de Giambattista Vico, de George Wilhelm Friedrich Hegel e de Robin Collingwood. Desse modo, para se compreender a filosofia de MacIntyre, é preciso compatibilizar a primeira, de forte observância às naturezas das essências dos objetos, com a autoconsciência da investigação filosófica da história.

Entretanto, em *After Virtue*, MacIntyre diverge de Aristóteles nos seguintes pontos: 1) é possível criar uma concepção teleológica sem justificação metafísica e 2) enfatiza o papel da *polis* na comunidade sem a necessidade de elaborar um modelo de sociedade, ou seja, MacIntyre tenta encontrar o conceito de comunidade na moralidade sem pressupor uma

² MacIntyre pode ser considerado um neoaristotélico, em razão das suas considerações sobre a natureza humana e da construção de um conjunto de princípios substantivos universais da razão prática, baseados em premissas empíricas de que a sociedade humana está alicerçada em certas virtudes básicas. A pretensão de MacIntyre é traçar os passos dos membros da ordem social tradicional, em vez de elaborar um longo argumento no sentido analítico.

sociedade utópica e mudanças políticas (CARVALHO, 2011, p. 85). Neste sentido, MacIntyre não visa incorporar o aristotelismo na prática contemporânea, mas a partir dessa concepção, trazer novos modelos morais que reforcem as práticas comunitárias e tradicionais, o que pode ser corroborado nas seguintes palavras:

O que permanece ainda vital é a política de construção e de manutenção de comunidades de pequena escala, no nível de família, da vizinhança, do local de trabalho, da paróquia, da escola ou da clínica; aquelas comunidades onde se encontram as necessidades primárias. Mas não sou adepto da sociedade comunitária. Não creio nos ideais ou nas formas de comunidade como panacéia para as doenças contemporâneas. E, portanto não pretendo atribuir às minhas visões políticas um programa de ação muito preciso (BORRADORI, 2003, p. 207).

No entanto, na sociedade contemporânea, existem poucos núcleos, que são fragmentos da virtude, herança da tradição moral, em consonância com o modelo que se adequa ao proposto por MacIntyre. Podem-se citar algumas pequenas comunidades nos Estados Unidos, na Irlanda, na Grécia e dos Judeus Ortodoxos. Dentro do mundo globalizado, os indivíduos perderam a sua real conexão com a comunidade, vivendo de forma individualizada, de forma mais atomizada. A importância do pensamento de MacIntyre é reforçar o aspecto oposto, fortalecendo as pequenas relações sociais e o contato do indivíduo com a sua comunidade.

Ademais, embora haja essas divergências de MacIntyre com Aristóteles e Hegel e muitas entre esses dois últimos autores, é possível criar a compatibilidade do pensamento aristotélico com a noção histórica progressiva Hegeliana, a partir da noção do conhecimento ou das causas científicas. O homem busca conhecimento da essência da natureza das substâncias ao seu redor, porém, por meio do processo de observação sistemática, julga, corrobora ou critica um conhecimento que está procurando. O conhecimento sistemático da natureza do mundo vai além do senso comum e envolve um conhecimento não intuitivo e fabilístico do conhecimento cujo processo se dá pelo processo dialético experimental (D'ANDREA, 2006, p. 410).

Portanto, MacIntyre (1998, p. 10) desenvolve uma importante tese, segundo a qual os conceitos morais mudam à medida que ocorrem alterações na vida social. Contudo, isso não significa dizer que o contexto histórico seja uma coisa e a moralidade seja outra, de forma externa, contingente daquele. Entretanto, parecem existir conceitos que se perpetuam por um

amplo período, porém os conceitos morais não podem se enquadrar na imutabilidade, tendo em vista que eles não são altamente especializados, como a geometria, por exemplo, ou altamente gerais para qualquer linguagem. Exemplificando, a filosofia moral não se importa tão somente com o conceito de justiça, sendo constantemente alterada a sua definição ao longo do tempo. Assim, é necessário indicar o que permanece e o que muda na filosofia moral ao longo do tempo.

2. Fracasso do Projeto Iluminista

MacIntyre (2007, p. 51-52) defende que a filosofia moderna está eivada da crença cosmopolita de que todos os fenômenos culturais podem ser claros à compreensão sem necessidade de explicações metafísicas ou religiosas. Neste momento, passa-se a entender que há uma única linguagem para expressar os fenômenos morais, pois é utilizado o viés universal neutro. Em verdade, as regras morais iluministas foram originadas dentro do contexto histórico-cultural específico com o intuito de serem aplicadas dentro da imaginação daqueles que vivem sob mesma regra, ainda que tenham contextos completamente diferentes.

Diversos filósofos, como Blaise Pascal, Hume, Kant e Søren Kierkegaard rejeitaram a noção teleológica da natureza humana e que a essência humana defina o seu fim, ou seja, negaram o *telos*. Contudo, o novo esquema se tornou confuso e obscuro. O propósito da moral passou a ser corrigir a natureza humana falha, naquilo que o homem mais facilmente desobedecia, baseando-se num esquema de pensamento incoerente e fragmentado. Neste sentido, MacIntyre afirma que os escritores iluministas procuraram construir argumentos válidos cujas premissas estivessem relacionadas à natureza humana, à autoridade das normas e aos preceitos morais (MACINTYRE, 2007, p. 52).

Entrementes, com a criação de novos conceitos racionalistas elaborados pelos Católicos Jansenistas e pelos Protestantes, mudou por completo o panorama medieval. Esses grupos quebraram o paradigma moral, uma vez que eles compreendiam que a razão não oferecia nenhuma compreensão sobre o fim humano. Ademais, esta concepção antiaristotélica e antiescolástica criou limites rígidos no que tange à razão. Esses acontecimentos foram o prenúncio de que não é possível extrair o dever-ser do ser (MACINTYRE, 2007, p. 53).

Essa forma de vida se identifica com a vida moderna burocrática na forma Weberiana. Nela as organizações burocráticas são realizadas pela neutralidade dos valores dos *experts*

managers (gerenciadores). Esses possuem destaque na sociedade moderna, pois organizam, planejam e controlam, atendendo objetivos traçados por eles mesmos anteriormente. A autoridade do *manager* é reforçada pelo pensamento emotivista, uma vez que, como não é possível ponderar racionalmente os julgamentos morais, tudo é possível para se atingir um determinado objetivo.

Peter McMylor (1994, p. 130) afirma que o gerenciamento burocrático pode ser dividido em duas partes, sendo a primeira que existe um domínio dos fatos morais neutros que os gerenciadores possuem *expertise*; enquanto que a segunda, as generalizações das leis gerais e suas aplicações aos casos particulares podem derivar do domínio do fato. Ele prossegue questionando se o poder burocrático é uma ideologia, então é um elemento importante para a dominação. Esse autor assevera que MacIntyre defende a ideia segundo a qual a burocracia é uma forma de legitimação e que a técnica e a forma de manipulação triunfam sobre valores substantivos nesses meios (MCMYLOR, 1994, p. 135).

Na sociedade moderna, em decorrência da cultura do individualismo burocrático, criou-se o hábito de protestar, mas na contemporaneidade (que não rompe com a modernidade), protesta-se em reação à suposta invasão dos direitos de alguém em utilidade de outrem. Inserido nesse contexto, o emotivismo, dentro da filosofia analítica, e a filosofia de Nietzsche e Sartre, dentro da filosofia continental, surgem com o propósito de desmascarar os motivos não reconhecidos da vontade e do desejo arbitrários que sustentam a máscara da modernidade, sendo esta uma atividade típica da própria modernidade.

Assim, a confusão moral moderna foi oriunda do fracasso do projeto iluminista. Os dois fatores fundamentais para isso são: a retirada do caráter teleológico e da expressão da lei divina e a criação de um agente moral liberto da hierarquia e da vontade divina, soberano da vontade moral. Daí surge o problema de que forma justificar esse novo *status* categórico de modo que ele não seja visto apenas como mero instrumento de desejo e de vontades individuais (MACINTYRE, 2007, p. 55).

Segundo MacIntyre (2007, p. 21), o emotivismo de Charles Leslie Stevenson e a filosofia de Nietzsche surgiram como reação a este estado de coisas deixado pelo Iluminismo. Aquelas correntes filosóficas entendem que os julgamentos morais são expressões de julgamentos e de preferência, razão pela qual não há objetividade moral. Não é possível encontrar nessas expressões verdade ou falsidade, razão porque concluíram que a

racionalidade impessoal não passa de uma ilusão. MacIntyre entende que o emotivismo e Nietzscheanismo têm certa plausibilidade na contemporaneidade, tendo em vista a situação fragmentária em que se encontra a moral.

3. Emotivismo e Nietzsche

Entretanto, alguma teoria poderia objetar que as discordâncias são características de todas as culturas que possuem discursos valorativos. Dentre tantas, uma delas é o emotivismo, segundo o qual os juízos morais são expressões de preferência, expressões de sentimento ou atitude, pois são de caráter moral ou valorativo. Assim, os juízos morais não podem ser verdadeiros, tampouco falsos, e não se pode chegar a um acordo moral, porque não existe nenhum (MACINTYRE, 2007, p. 11).

MacIntyre afirma que Stevenson é o maior representante do emotivismo e que este defenderia que afirmar que “isto é bom” é o mesmo que “aprovo isto; aprovo também”. Assim, segundo MacIntyre, o emotivismo de Stevenson defendeu que não existe justificativa racional válida para afirmação de padrões morais objetivos e impessoais. Deste modo, a despeito do propósito iluminista, a justificativa racional para a moralidade objetiva não logrou êxito. Assim, o emotivismo procurou afirmar que um agente só pode justificar um juízo particular por meio de um juízo universal, pois as afirmações das normas particulares necessitariam de outras normas mais gerais serem fundamentadas e não necessitariam de mais nenhuma razão (MACINTYRE, 2007, p. 12).

Entretanto, MacIntyre (2007, p. 13) critica o emotivismo por três motivos: pela ausência da explicação de que tipo de juízo de aprovação os emotivistas se referem; os emotivistas não diferenciam entre expressões de preferência pessoal e expressões valorativas e, da falha da tentativa de ser uma teoria do significado, uma vez que o sentimento de atitudes não é função dos enunciados, mas em determinadas ocasiões.

Inclusive, o emotivismo acabou sendo rejeitado pelos analíticos, uma vez que o principal objetivo destes é revelar o significado das expressões, algo que aqueles não lograram. Em outras palavras, podem existir supostas justificativas racionais, mas não existem justificativas racionais verdadeiras, porque, segundo os emotivistas, elas não existem. O emotivismo fracassou em certos aspectos, pois não respondeu diversas perguntas: quais sentimentos ou atitudes os juízos morais expressam? Quais tipos de aprovação? Quem as

emite e para quem? Em segundo lugar, esta teoria não distingue as expressões de preferência pessoais e expressões valorativas, pois as primeiras dependem de quem emite e para quem. Por fim, em terceiro lugar, os enunciados morais não são expressões de significado de enunciados, mas de função do significado dos enunciados, por exemplo, um professor que grita com o seu aluno por ter errado o cálculo: “sete vezes sete é igual a quarenta e nove” (MACINTYRE, 2007, p. 13).

O problema do emotivismo está na indistinção entre a persuasão racional e a manipulação. Os discursos éticos não são apenas formas de manipulação e denotam vontade de poder individual. O problema é que as resoluções de conflitos morais racionais necessárias para manter a sociedade coesa se perdem, pois se torna impossível haver consenso moral diante de tantos sistemas morais. A consequência desse processo, dentre tantas, é a substituição da falta de consenso pela *expertise* dos *managers*. A competência burocrática mascara a nossa situação cultural atual. Outras características da sociedade moderna são o reforço do individualismo, o desejo de adquirir propriedade e a valorização excessiva das leis de mercado (BOYLE, 1987, p. 10).

Além disso, o ataque à pretensão universalista dos juízos morais foi dado também por Nietzsche. Ele defende que os juízos morais objetivos são meras máscaras usadas tanto pelos fracos quanto pelos ressentidos para se afirmar perante a aristocracia. Segundo MacIntyre, a tese de Nietzsche é aparentemente muito atrativa em função da sua honestidade, contudo é uma afirmação muito forte defender que toda moralidade não passa de um engodo, pois podem existir juízos morais com intenção cognitiva como na proposição “Não se jogue do penhasco, porque você irá se matar” (MACINTYRE, 2007, p. 22).

Pode-se dizer que Nietzsche e Stevenson tiveram o mérito de revelar que a cultura moderna, e especialmente o Iluminismo, impregnou-se de emotivismo, ou seja, do entendimento segundo o qual os juízos morais são meras questões de preferência. Neste sentido, estes autores ajudaram MacIntyre a entender a exata compreensão deste fenômeno, oferecendo o caráter ideológico subjacente que as concepções modernas escondiam.

Assim, Nietzsche e os emotivistas só venceriam se todos os outros perdessem, mas, segundo MacIntyre, ainda que aquele filósofo estivesse correto no tocante à modernidade, não conseguiu lograr êxito, pois é possível defender racionalmente a filosofia moral e política de Aristóteles. Ademais, o *ubermensch* nietzschiano e as preferências morais de Stevenson não

conseguiram encontrar lugar no mundo, mas apenas dentro dele mesmo com a sua nova tabela de virtudes. A vontade de poder defendida por Nietzsche e as preferências morais de Stevenson não querem colaboradores, mas servos, para que esses sejam ferramentas dos poderosos. Logo, a moral nietzschiana/emotivista, conforme conclui MacIntyre, é mais uma das inúmeras possibilidades que surgiram em decorrência do individualismo liberal (MACINTYRE, 2007, p. 29).

Dessa forma, se o emotivismo e Nietzsche estiverem certos, então não há procedimento racional para decidir questões morais. O desenvolvimento social e intelectual conduziu o emotivismo a ser a teoria da linguagem moral dominante. Entretanto, MacIntyre defende que tanto os iluministas quanto os emotivistas e Nietzsche estavam enganados quanto à análise da fenomenologia moral, então poderia haver alguma outra forma que poderia alcançar seu objetivo? Para MacIntyre (2007, p. 118) essa resposta é afirmativa, pois ele argumenta no sentido de que a tradição aristotélica, que é fruto de diversas formas de pensamento da antiguidade grega, poderia restabelecer e reorganizar a inteligibilidade da linguagem e prática moral e social que há séculos estava perdida e desorganizada.

É a partir do confronto dessas diversas roupagens de emotivismo que MacIntyre procura definir a sua própria tese. O “self emotivista” dissocia as pessoas do seu papel ou identidade social, por conseguinte, não é possível a identificação com o povo, a família e a tribo. Todo julgamento moral se torna sem critério. Para tanto, ele procura realizar duas tarefas: identificar e definir a moralidade passada, consubstanciada na *Ética das Virtudes* Aristotélica e, por outro lado, procura detectar que o homem contemporâneo vive em um mundo moral emotivista (MACINTYRE, 2007, p. 22).

4. Retorno à *Ética das Virtudes*

Apesar de concordar com Nietzsche e Stevenson no tocante ao desacordo moral na modernidade, MacIntyre afirma que, embora reveladores, estes filósofos não elaboraram os argumentos que trouxessem uma solução mais adequada à realidade. Para MacIntyre, Aristóteles e Aquino, em *After Virtue* e em *Whose justice? Which rationality?* respectivamente, formaram a tradição, até o presente momento, que possuiu mais convincentes argumentos até hoje, haja vista ser fruto de uma série de reflexões acerca de uma época, pois envolveu o amplo debate acerca do tema.

Segundo McMylor, MacIntyre entende que Aquino conseguiu sintetizar e limitar o pensamento de Aristóteles e Agostinho por intermédio da lei natural e por elaborar um modelo capaz de absorver as melhores questões sobre a natureza e os propósitos da vida humana. Por mais que alguns cientistas possam ignorar a filosofia de Aristóteles e Aquino, não é muito sábio ignorar os conceitos desses dois autores (MCMYLOR, 1994, p. 148).

Nesta seara, o artigo *Modern Moral Philosophy* de G. E. Anscombe (1958) serviu de influência para a crítica do atual modelo moral e a retomada da Ética das Virtudes e, por conseguinte, inspirou a filosofia de MacIntyre. Neste ensaio, esta filósofa procurou refletir o estado de confusão em que se encontrava a filosofia moral moderna. Em síntese, ela procurou defender três teses: a primeira é de que, atualmente, não é proveitoso fazer filosofia moral e que esta deve ser colocada de lado de qualquer modo até que se tenha uma adequada Filosofia da Psicologia (ANSCOMBE, 1958, p. 1).

A segunda é de que os conceitos de obrigação moral e de dever moral devem ser aliçados, pois eles são frutos da recente concepção moderna sobre a moral, bem como não aparentam condições de sobrevivência. A terceira é de que a diferença entre o conhecimento dos filósofos morais de Língua Inglesa e o de Henry Sidgwick tem menor importância, pois o grande contraste se encontra entre a Ética Aristotélica e a filosofia moral moderna. Anscombe conclui que tanto John Stuart Mill quanto Kant falharam na necessidade de estipulação quanto à descrição relevante dos juízos morais (ANSCOMBE, 1958, p. 1).

Sob o modelo alternativo da ética das virtudes, retomado por Anscombe, mas com teses próprias, MacIntyre analisa filosofias morais rivais, por meio da articulação racional dos diferentes tipos morais e julgamentos enraizados e dados como expressão da atual diferença e formas de possibilidade da ordem social. Ele afirma que, no mundo em que habitamos, a linguagem moral está em estado de grave desordem, posto que ela se configure como um fragmento de um esquema conceitual, prescindindo dos contextos de onde derivam seus significados. Assim sendo, embora a linguagem e a aparência da moralidade persistam, a substância integral se fragmentou há muito tempo.

O esquema moral tradicional, que dá origem a ambos os conceitos, é o sistema aristotélico, elaborado na *Ética a Nicômaco*. Nele é desenvolvido um esquema conceitual triplo por meio do qual é possível diferenciar aquilo que o homem é (natureza humana sem instrução); os preceitos da Ética racional, que seriam os elementos de transição entre os outros

dois e aquilo que o homem poderia se realizasse a sua finalidade (*telos*). Há, neste caso, finalidade, duplo sentido e medida, razão porque é possível dizer qual é o fim do homem e o que comanda a lei compreendida pela razão. É possível, neste caso, fazer afirmações verdadeiras ou falsas sobre esses juízos.

Contudo, surge a pergunta se seria certo rejeitar Aristóteles ou se o aristotelismo foi definitivamente a mais poderosa modalidade pré-moderna do pensamento moral. MacIntyre diz que a moral só pode trilhar dois caminhos excludentes, então surge um grande dilema: ou se deve dar continuidade ao projeto nietzschiano, com o colapso de todo projeto iluminista, restando tão somente o projeto daquele ou se deve afirmar que todo o projeto iluminista estava errado, razão porque não deveria nem ter começado. Surge a aporia de qual dos dois devemos escolher e de que forma. Não se deve desconsiderar a importância do ataque de Nietzsche à moral iluminista, mas o mesmo não pode ser dito a respeito da sua construção teórica de como o homem deve se tornar.

Percebe-se que MacIntyre considera o pensamento aristotélico-tomista como a verdadeira tradição da investigação que afirma a verdade e que possui grande solidez. No entanto, essa tradição tem dificuldade de caracterizar o objetivo e o objeto de estudo, assim como dar razões para as conclusões deste. Não obstante, MacIntyre dá passos para derrotar as tradições rivais. O primeiro é compreender o que é pensar nos termos usados pela tradição rival de modo a se imaginar sendo parte dela. Para isso exige-se certa dose de imaginação. O segundo passo é identificar do ponto de vista da tradição rival o que é realmente importante nas afirmações não resolvidas e nos problemas insolúveis, e investigar como o progresso pode ser criado na direção dada por eles. Se a investigação não trazer uma solução para o problema, não deverá prosseguir como tradição.

Em outras palavras, quando os membros de uma tradição são capazes pelos atos de imaginação e de questionamento de interrogar alguma tradição rival, é possível concluir do ponto de vista da própria tradição que as dificuldades da tradição rival possam ser compreendidas e superadas. Somente se a tese central própria for verdadeira e tiver os argumentos sólidos, a tradição rival pode esperar encontrar na falta de recursos conceituais que tinha na sua própria tese. Logo, é possível que uma tradição derrote a outra se tiver adequadamente afirmações de verdade e justificação racional, mesmo não existindo regras ou agentes neutros para determinar qual tradição é superior.

Todavia, pode-se inferir que MacIntyre tem como a mais importante pergunta no que se refere às necessidades modernas não são relativas à forma que devemos proceder, porém a que normas devemos obedecer e por que devemos obedecê-las. Logo, as normas tornam-se o elemento essencial da vida moral. Dentro da perspectiva moderna, portanto, a justificação das virtudes exige outra anterior às suas normas e princípios. Diante disso, entendendo que os iluministas erraram em seus pressupostos, MacIntyre procura investigar a autoridade das normas.

Uma das principais críticas à Ética das Virtudes constitui a falácia naturalista de George Edward Moore. Ela consiste em um ataque a qualquer teoria que procure definir a Ética em termos naturalistas, seguindo o seguinte raciocínio: a afirmação de que a felicidade ou o prazer são bons, implica primeiramente em saber o que é “bom”. Não sabemos o que é bom, porque é uma ideia indefinível. Logo, não podemos dizer o que é bom e, por conseguinte, falar nada sobre a felicidade ou prazer no que tange ao bom, pois desta forma cairíamos num raciocínio circular, explicando algo por outra coisa indefinível e vice-versa. Entretanto, MacIntyre refuta tal raciocínio, afirmando que não há falácia nenhuma no caso. Este autor explica que qualquer ser possui uma natureza específica, e essa natureza é tal que todos têm certos objetivos e metas, de modo que se movimentam pela natureza em busca de um *telos* específico (MACINTYRE, 2007, p. 148).

Feitas essas considerações, nota-se que para analisar os conceitos morais é preciso anteriormente entender o funcionamento das características sociais e morais da sociedade nos quais eles estão inseridos. Por meio desses, aqueles devem ser definidos e explicitados. Assim, geralmente Aristóteles associava as virtudes às tarefas específicas como tocar flauta, andar a cavalo ou exercitar o intelecto pela geometria. É apropriado trazer uma definição de virtude feita por MacIntyre: “a virtude é uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costumam nos capacitar a alcançar aqueles bens externos às práticas e cuja ausência nos impede, para todos os efeitos, de alcançar bens” (MACINTYRE, 2007, p. 148, tradução nossa). São metas que se modificam ao longo da história. Evidentemente, conforme nota MacIntyre, não se incluem entre elas práticas malignas, tais como a crueldade e a tortura.

Além disso, segundo MacIntyre, qualquer compreensão teleológica (finalística) da vida humana possui dois problemas, o primeiro, é de ordem sociológica, tendo em vista que, na modernidade, trata-se a vida humana de forma muito segmentada, separando o público do

privado e o trabalho, do lazer. Não há, portanto, unidade no modo como as pessoas vivem. O segundo é um problema filosófico, muito comum principalmente na filosofia analítica, é pensar a complexa vida humana de maneira muito atomista, sendo um mero contexto simples descritivo (MACINTYRE, 2007, p. 204). Nota-se que se perde a relação entre o indivíduo e o papel que ele desempenha na sua comunidade, ou seja, no cosmos. Deste modo, é importante tentar reconstruir uma narrativa que reúna o nascimento à vida e à morte sobre a construção do começo, meio e fim. Se isso não for possível, será ininteligível a compreensão do agente moral, pois ele é produto da relação entre o intencional, o social e o histórico.

É pertinente destacar que, neste ponto, MacIntyre reforça a ideia de identidade social particular, pois desenvolve o seu raciocínio inserindo o indivíduo dentro de uma sociedade e em uma determinada época. Sua tese central, neste ponto, é que toda filosofia moral possui uma correspondente história e sociologia. Em suma, a construção do “eu sou” se dá naquilo que foi herdado do passado até o presente momento, ou seja, todos portam uma determinada tradição. Entretanto, o individualismo moderno tem a noção de tradição segundo um conceito rival, pois entende o sujeito como autossuficiente e livre de influências externas. Dessa forma, a concepção de virtudes, nesta época, torna-se desnecessária, apenas existindo como sombra da cultura central (MACINTYRE, 2007, p. 204-206).

É necessário para MacIntyre compreender o homem a partir da sua natureza essencial e da sua finalidade. Contudo, deve-se destacar que esse conceito é mais antigo que a criação do projeto metafísico Aristotélico, pois a tradição grega incluía o homem em algum papel funcional de cidadão, soldado, filósofo. Parece que o grande erro do projeto moderno foi isolar a História das transformações políticas sociais. Não é possível separar a ação política e moral e outra da Teoria Política e Moral, pois o ato e a teoria devem ser analisados em conjunto (MACINTYRE, 2007, p. 52).

Portanto, o papel das virtudes, nesse contexto, é servir como disposições para capacitar o homem a alcançar os bens internos às práticas, afastá-lo dos males e riscos e fornecer o conhecimento maior a respeito do bem. Essa procura, no entanto, é individual, pois é notório que cada qual possui uma concepção diferente do que é vida boa, por exemplo, um artesão grego, um monge beneditino e um burguês moderno possuem valores completamente diferentes sobre a moral.

Conclusão

Conclui-se que não existe consenso acerca dos principais conceitos da filosofia moral contemporânea. Diante dessa situação, analisou-se uma das principais teses de MacIntyre de como a linguagem e prática moral estão em grave estado de desordem. Foi apresentado que tal situação é fruto do jargão do poder cultural dominante, notados pelo caráter insolúvel nos debates públicos e privados, motivados por uma terrível arbitrariedade dos oradores.

Apresentou-se o desacordo moral da modernidade e a forma de perceber a história dessa transformação, sendo afirmado que a mudança, que gerou a desordem moral, está associada ao tratamento moderno à linguagem e às práticas morais como exercício de poderes racionais ou mera afirmação expressiva. Diante dessa desordem, deve-se construir uma narrativa histórica verdadeira, retornando-a a um estágio anterior ordenado.

Explicou-se também outra tese fundamental para MacIntyre de que a concepção teleológica aristotélica foi deixada como segundo plano, tendo em vista que, desde os filósofos modernos, a teoria moral elaborada por eles oferece uma teoria racional secular alternativa à moral. Foram considerados que os diversos obstáculos oriundos das próprias análises dos filósofos modernos segundo o tratamento anti-histórico; tratam os filósofos de épocas diferentes conforme um único debate com conteúdo relativamente invariável e, finalmente, a abstração filosófica do meio social e cultura em que o homem vive.

Entretanto, foi apontado que essas alternativas fracassaram, conforme foram percebidas por Nietzsche (ele apresenta que toda moral ocidental é uma máscara da vontade de poder que os fracos usaram para dominar os fortes) e pelos emotivistas (pensam que os juízos morais são meras atitudes emocionais). Contudo, também foi apresentado que estas teses, aparentemente muito atrativas, em função das suas honestidades, são afirmações que precisariam provar que todas as outras estão erradas e superar a expressão individualista moderna, algo que não fazem. Assim, também se comprovou que estas visões estão erradas e que a Ética das virtudes oferece uma alternativa muito plausível às necessidades contemporâneas.

Por fim, desenvolveu-se o argumento de MacIntyre de que a moralidade não se trata de argumentação como exercício dos poderes racionais e mera afirmação expressiva, ao

contrário, que se deve construir uma narrativa histórica verdadeira, contextualizando a linguagem moral. Não se deve, da mesma forma que fizeram diversos filósofos morais contemporâneos, dar um tratamento abstrato e anti-histórico ao meio social e cultural em que vivem.

Referências

ANSCOMBE, Gertrude E. M. *Modern Moral Philosophy*. In: **Philosophy**, v. 33, n. 124, January 1958.

BORRADORI, Giovanna. **Filosofia Americana**. São Paulo: Unesp, 2003.

BOYLE, Joseph. *On MacIntyre's 'After Virtue'*. In: **World and I**, 1987.

CARVALHO, Helder Buenos Aires de. **Tradição e Racionalidade na Filosofia de MacIntyre**. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

D'ANDREA, Thomas. **Tradition, Rationality and Virtue: The Thought of Alasdair MacIntyre**. Cambridge: Wolfson College, 2006.

MACINTYRE, Alasdair. **A Short History of Ethics: A history of moral philosophy from Homeric age to the twentieth century**. 2ª ed. London: Routledge, 1998.

MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue**. 3ª ed. Indiana: University of Notre Dame Press, 2007.

MCMYLOR, Peter. **Alasdair MacIntyre: Critic of Modernity**. London: Routledge, 1994.